

O Sindicato realizou, no dia 23, debate sobre a Reforma Sindical, que irá alterar a estrutura do sindicalismo brasileiro. Leia a opinião dos expositores



na **página 4**.



O Sindipetro-RJ convida todos os aposentados a comparecerem na próxima quarta-feira, dia 1º de dezembro, às 14h, na ABI, a uma reunião sobre o termo de compromisso da Petrobrás relativos ao recebimento dos três saláriosbenefícios. A Secretaria de Aposentados e Previdência do Sindicato convidou para o debate sobre o assunto o atuário Luiz Marcolin, os advogados Luiz Maia (assessor da FUP), Luis Fernando (Sindipetro-RJ) e Leonardo Branco (Sindipetro-Caxias), além de Fernando Siqueira, Conselheiro da Petros e Antonio Carrara, coordenador da FUP.

A reunião dos aposentados do dia 7 está mantida, para fazer avaliação do ACT 2004/ 2005, às 14h, no auditório do Sindipetro-RJ.

CENPES: reunião HOJE, 15h, Portão 2, sobre hora-extra de troca de turno

Leia na página 3

Conselheiros da **Petros falam sobre** a assinatura do termo de compromisso

Leia na página 3

Brasil não quer internet sob controle dos EUA

Leia na página 2

Brasil não quer internet sob controle dos EUA

neb nalida geral eles Comi Afons do Te tem o B gente

O futuro do controle da Internet é tema de interesse geral nos dias de hoje. Tanto assim que o Brasil, China e outros países emergentes, juntamente com as Nações Unidas, começaram nesta semana a discutir a questão. Da reunião, que se realiza na sede da ONU em Genebra, estão participando 40 personalidades escolhidas pelo Secretáriogeral da entidade, Kofi Annan, entre eles dois brasileiros: José Bicalho, do Comitê Gestor da Internet, e Carlos Afonso, diretor da Rede de Informática do Terceiro Setor. Os Estados Unidos tem o maior número de representantes.

Brasil, China e outros países emergentes colocam em questão o fim do monopólio estadunidense. Eles defendem uma nova estrutura, de forma a reunir governo e entidades privadas.

Esta, sem dúvida, é uma questão

mais política do que técnica. A rede mundial de computadores é controlada por uma entidade, a ICANN, baseada na Califórnia, Estados Unidos. Os países emergentes desconfiam dos vínculos do Departamento de Comércio dos EUA com a ICANN, que inclusive tem o poder absoluto de decidir quem pode ficar sem a Internet de uma hora para outra. O exemplo do Iraque, que misteriosamente ficou sem conexão entre os seus sites durante a guerra do ano passado, reforça essa desconfiança.

O governo brasileiro defende a criação de um grupo multilateral para decidir conjuntamente cada passo técnico e político relativo à Internet. Outros países emergentes, no entanto, acham melhor que esse grupo seja criado dentro da ONU. É possível que países europeus decidam apoiar propostas brasileiras.

CURTAS

Protestos contra a Reforma Universitária

Será realizado hoje, em Brasília, um ato público de protesto contra a reforma universitária, proposta pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) é uma das promotoras do ato, que terá início na parte da manhã com uma concentração nas proximidades da Esplanada dos Ministérios. Em seguida os manifestantes, procedentes de vários Estados, se dirigem em passeata até o Congresso.

Ato no dia 3/12 lembra 20 anos da tragédia química em Bhopal

No próximo dia 3, sexta-feira, completam 20 anos do maior desastre químico da história da humanidade. Em cinco cidades brasileiras - Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília, Salvador e São Paulo - "a noite que ainda não terminou em Bophal", será lembrada em eventos promovidos pelo Grupo de Estudos Tripartite da Convenção 174 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No Rio, a solenidade promovida pela Comissão formada pelo Sindipetro-RJ, DRT-RJ e Petrobrás, através da coordenação regional SMS da região Sudeste, será realizada, no hotel Guanabara, de 8h30 às 13 horas. A programação segue a mesma estrutura em todas as cidades e prevê um minuto de silêncio às 9 horas.

A tragédia de Bhopal, na Índia, matou mais de quatro mil pessoas. O vazamento de isocianato de metila, um gás altamente tóxico, da *Union Carbide*, também provocou grandes danos ao meio ambiente.

Cambada Mineira

O Cambada Mineira é um grupo de música brasileira com influências da música de Minas Gerais, especialmente dos compositores do Clube da Esquina. A banda é formada por Amarildo Silva, João Francisco e Flávia Ventura. Eles fazem show no Teatro Rival no próximo dia 29, segunda-feira, às 19h30, com participação especial de Lô Borges e Márcio Borges. O Teatro Rival BR fica na Cinelândia, na rua Álvaro Alvim, 33.

INTERNACIONAL

Quando a mídia ajuda a dourar a pílula: caso Benetton

Mário Augusto Jakobskind

Quem não ouviu falar em Benetton, uma marca que se apresenta em *outdoors* e anúncios de página inteira em jornais ou TVs. Os marqueteiros contratados pelo italiano Luciano Benetton fazem altas ginásticas para associar o grupo ao que há de progressista no mundo. Benetton, em suma, cultiva a imagem de "capitalista humanitário", não faltando inclusive a idéia de justiça social. Há quem o defina até como "socialista"... Não falta a Benetton um tremendo esquema de apoio midiático e de jornalistas amestrados.

Pois bem, toda essa imagem progressista criada poderia cair por terra se a mídia divulgasse o que aconteceu recentemente no sul da Argentina, mais precisamente na Província de Chubut. Um casal de índios mapuche foi violentamente reprimido ao ser expulso de uma área de terras pertencentes aos seus ancestrais. Foi uma ordem direta do grupo Benetton, que ocupa na Patagônia um milhão de hectares de terra. Em seguida, numa tentativa de evitar muito barulho, que poderia chamuscar a imagem de "progressista", Benetton decidiu doar 2.500 hectares ao casal. Para provar a sua "generosidade", Benetton promoveu um encontro com representantes mapuches, em Treviso, na Itália. A reunião não deu em nada, inclusive os mapuches saíram na metade da conversa que foi interpretada como "para boi dormir".

Este fato serve como exemplo de como os marqueteiros fazem de tudo, nas mais diversas áreas, para apresentar os produtos, sejam eles pessoas físicas ou embalagens, como palatáveis ao grande. Nas campanhas políticas, por exemplo, muitos candidatos que em tempos idos serviram com grande afinco ao esquema ditatorial vigente no Brasil de 64 a 85, transformaram-se em democratas desde criancinhas, de repente, não mais do que de repente. Para que isso acontecesse foi necessário que a mídia dourasse a pílula, pois caso contrário, nada feito, a memória prevaleceria e o povo não se deixaria iludir.

Outras informações são também praticamente omitidas pela mídia para evitar uma reversão de expectativa ou mesmo que tenha reflexos na área de publicidade deste ou daquele veículo. É, sem dúvida, um fenômeno mundial e ajuda a consolidar o fenômeno (nefasto) do pensamento único, o tal das verdades absolutas que se transformam em únicas.

Mesmo nos Estados Unidos, alardeado como o maior exemplo de democracia, a mídia ultimamente tem omitido fatos e publicado matérias de acordo com certos interesses.

É o caso do tratamento que tem recebido o general Colin Powell, Secretário de Estado até 1 de janeiro próximo. Apresentado como "moderado", a imprensa de um modo geral dá pouca ênfase ao fato dele ter sido uma peça chave da

Casa Branca no esquema de mentir para o mundo na questão das (inexistentes) armas de destruição em massa do Iraque no período de Saddam Hussein. Powell não é propriamente um moderado. Ele está mais ligado a Wall Street, o esquema do capital financeiro, do que ao dos grupos que dão sustentação a George W. Bush, Condoleezza Rice, Dick Cheney e outros do gênero linha-dura como Paul Wolfowitz. Isso não quer dizer que ele seja mais ou menos moderado do que os citados.

Deve ser lembrado que o megaespeculador George Soros, que lucra aqui e ali em altas jogadas s na área financeira, gastou um bom dinheiro no apoio ao candidato democrata John Kerry. Por sinal, Soros também tem o seu esquema especial de marqueteiros, que lhe dão uma roupagem de "progressista". Para ser ter uma idéia, o milionário húngaro naturalizado norte-americano gasta seus "bombons" para financiar um grupo que todo ano escolhe as matérias de maior destaque denunciando a corrupção na América Latina. Soros paga um bom dinheiro para manter esta fundação a serviço da "boa causa".

Este fatos, que dificilmente são divulgados pela mídia, servem de reflexão e podem também ajudar muita gente a não se deixar enganar e se iludir pelos "capitalistas humanitários" ou por "moderados" que ocupam altos postos na administração estadunidense.

urgente

DIREÇÃO COLEGIADA: Abílio Tozini, Castellani, Chagas, Edson, Emanuel Cancella, Espinheira, Furtado, Joacir, Luciano, Magalhães, Marcello, Marcia Felipe, Marcos Barbosa, Mário Calvano, Odilon, Roberto Ribeiro, Paulo Roberto, Schopke, Silvio Sinedino, Soriano, Tânia. DIRETORES LICENCIADOS: José Pereira, Rodrigues e Sidney Granja. SECRETARIA DE IMPRENSA: Odilon e Edson. EDIÇÃO E REDAÇÃO: Claudia de Abreu (MTb-17081-RJ). REDAÇÃO: Mário Augusto Jakobskind (MTb 15150-RJ). SECRETARIA: Carla Simone. PROJETO GRÁFICO: Claudio Camillo (MTb 20.478). DIAGRAMAÇÃO: Carlos Soares (Reg. 003698 e Claudio Camillo (MTb 20.478). ILUSTRAÇÃO: Luís Cláudio (Mega). FOTOS: Samuel Tosta. IMPRESSÃO: Nova Cutgraf. TIRAGEM: 10.500



Av. Passos, 34 - Centro, RJ Cep: 20051-040 (21)3852-0148 FAX: (21)2509-1523

SUBSEDE: Rua Itassucê, 157, Jacuecanga, Angra dos Reis. CEP:23905-000 Tel/Fax: (021)243361-2659 e-mail: spetroar@terra.com.br

Conselheiros da Petros falam sobre termo de compromisso

O Sindipetro-RJ está indicando que os aposentados não assinem o termo de compromisso para o recebimento dos três salários-benefício, que está sendo enviado aos petroleiros aposentados e pensionistas. O termo permite que este valor seja descontado em qualquer pendência iurídica futura com a Petros. Quem quiser correr o risco deve, pelo menos, anexar a ressalva preparada pela assessoria jurídica do Sindipetro-RJ, que pode ser obtida no Sindicato junto à Secretaria de Aposentados e Previdência.

O Surgente conversou com conselheiros eleitos da Petros para saber a opinião deles:

Carlos Augusto Espinheira, do Conse-



lho Fiscal da Petros -"Sou contra a assinatura, porque a redação do termo permite que os três salários-benefício seiam descontados de qualquer pendência que houver na justiça. Quem

já tiver recebido uma parte o fez sem compromisso de desconto futuro, mas vai ter que assinar um termo sobre tudo que foi recebido, não só da diferença que falta. Ou seja, o aposentado recebeu 2,5 ou 2,75 salários para algo que não aconteceu e agora o valor passa a ser considerado um adiantamento para débitos com a empresa, não se sabe quais. Como a decisão é individual, indicamos que quem quiser mesmo assinar apesar disso, que ao menos anexem a ressalva preparada pelo Sindicato para tentar se preservar."

Fernando Siqueira, do Conselho



Deliberativo da Petros -"Da forma como está sou contra. O documento é covarde porque embute armadilhas escondidas. Então, da forma como está não se deve

assiná-lo e, se assinar, pelo menos com a ressalva do Sindipetro-RJ, que é muito boa. São várias armadilhas: ao assinar o termo, abre-se mão do direito e o transforma em empréstimo. Segundo que, além disso, através da carta da Petrobrás como resposta aos questionamentos do Sindicato, eles respondem - e fica claro - que quem assinar o termo está concordando com o aumento diferenciado e se quiser entrar na justica mais tarde não vai poder, porque concordou. Tem também o fato de que a Petrobrás é que havia pago o incentivo, de uma forma imperativa para induzir o pessoal a migrar, e agora, como perdeu na justiça quer transferir a dívida para a Petros. Ao assinar, a pessoa concorda com isso. A Petros cobra do participante um documen-



to cheio de armadilhas escondidas, covarde, e só pode ser assinado com uma ressalva que o neutraliza".

Paulo César Martin, do Conselho Deliberativo da Petros - "Eu indico a

assinatura do termo de compromisso. O referido termo quita só e somente só o recebimento dos três benefícios a título de isonomia e adiantamento das pendências do plano Petros. Portanto, caso não haja futuramente o equacionamento destas pendências, não será possível para a Petrobrás cobrar este adiantamento que está sendo feito e a Petros também não poderá fazer esta cobrança, pois o aposentado/ pensionista estará assinando um termo da Petrobras e não da Petros. Além do mais. tanto nossa assessoria jurídica previdenciária (Maia) como nossa assessoria jurídica trabalhista (Normando e Mário Sérgio) tomaram conhecimento previamente quando da redação do termo e não apresentaram questionamento. Além do mais, este recebimento não prejudica o aposentado/pensionista em reivindicar judicialmente o nível salarial, visto que o ACT comprova o pagamento do nível exclusivamente par os ativos. E o termo não faz parte do referido acordo coletivo."

Na próxima semana, dia 30, acontece a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento do ACT 2004/2005, formada por FUP e Sindipetros, junto à Petrobrás. Estão em pauta a compensação dos dias parados nas paralisações da campanha reivindicatória deste ano, o plano de cargos e salários e as pendências da Petros, entre outros itens.

Alguns boatos que circularam na empresa durante a semana falavam que já teria acontecido uma reunião sobre PLR entre a Petrobrás e a FUP. Mas a informação foi desmentida pelo diretor da Federação Radiovaldo Santos.

LIGADO

CIPA EDIHB

As eleições para a CIPA da Canabarro foram prorrogadas. Não deixe de votar!

CIPA Transpetro

O processo eleitoral para os cipeiros da Transpetro/Sede termina nesta sexta-feira. A votação é por meio eletrônico.

Aposentados de Angra

Os aposentados de Angra se reúnem no próximo dia 1º de dezembro, às 14h, na subsede.



Agenda das Cipas



TRANSPETRO/ANGRA

dia, 26 de novembro, sexta, às 9h30 TRANSPETRO/SEDE

dia, 29 de novembro, quinta, às 14h30

MULTINACIONAIS

Wellstream PLR e plano de previdência em discussão

Na próxima terça-feira, dia 30, às 15h, acontece a reunião com a empresa para tratar da PLR 2005 e do plano de previdência. A comissão que está discutindo propostas de previdência tem previsão de conclusão de trabalhos até 20 de dezembro.

Wärtsilä

Empresa formalizará proposta

O Sindipetro-RJ, NF e FUP se reuniram no dia 23 para discutir a PLR e o acompanhamento do ACT 2004/2005. A empresa se comprometeu a formalizar uma proposta até o fim do mês.

A SIPAT termina amanhã. Para hoje está prevista a presença de um consultório móvel de dermatologia e, para amanhã, de angiologia. O Sindipetro-RJ distribui folhetos sobre saúde do trabalhador em seu estande

Schlumberger **Assembléia** próxima quarta, dia 1º

A assembléia sobre acordo coletivo foi adiada para a próxima semana. Ela será realizada no dia 1º de dezembro, quarta-feira, na sede da empresa (av. Pres. Wilson, 231/20°). A primeira chamada será às 11h45 e, a segunda, às 12h15. A pauta é a proposta de acordo coletivo.

CENPES

Nova reunião hoje, 15h, sobre HEs de troca de turno

A reunião dos trabalhadores de turno do Cenpes rejeitou, por unanimidade, a proposta do RH do Cenpes de refazer todo o trabalho da comissão formada para medir o tempo da troca de turno. Os 38 petroleiros presentes à reunião do dia 23, convocada pela direção do Sindipetro-RJ para debater a proposta, ficaram indignados com a decisão de desclassificar um trabalho que foi feito sob orientação do próprio RH. Os trabalhadores não querem mais negociar com o RH e todos saíram em marcha de protesto até a sala do gerente-executivo, Carlos Ta-

deu, para pedir nova negociação. Mas o gerente estava ausente, na Argentina, e só voltou para o Brasil ontem. Ficou marcada para hoje, quinta, às 15h, na Portaria 2, nova reunião dos turneiros, para tentar conversar com o gerente-executivo. Se o assunto não for resolvido, os trabalhadores irão procurar o diretor da área.

A comissão que mediu o tempo para recebimento das horas-extras para a troca de turno foi formada por trabalhadores eleitos em assembléia, indicados pelo RH e diretores do Sindipetro-RJ. O desrespeito ao

trabalho da comissão deixou indignados até membros indicados pelo próprio RH que participaram do processo. Parece até que o RH quer medir várias vezes até conseguir encontrar um tempo menor que o real. O Sindicato defende que o tempo real seja pago. Queremos justiça!

SIPAT - A Semana de Prevenção de Acidentes de Trabalho do Cenpes termina amanhã. O Sindipetro-RJ participa com exames clínicos durante o horário de funcionamento dos estandes, das 11h às 16h.

volta hoje à Refinaria Comissão de Benzeno

A Comissão Estadual de Benzeno (CEBz) se reúne hoie, às 9h, com representantes da área de saúde, segurança e meio ambiente da Refinaria para tratar dos problemas relacionados ao processo de produção que expõe os trabalhadores ao risco de contaminação por benzeno.

Na reunião realizada com a Refinaria no dia 28 de outubro, a empresa disse julgar desnecessário o acompanhamento da Comissão. Na reunião da CEBz realizada dia 5 de novembro foi decidido que se a empresa continuar com esta postura, o caso será levado ao Ministério Público e à Comissão Nacional de Benzeno, podendo chegar a suspensão ou cancelamento do cadastramento iunto ao Ministério do Trabalho, que tem um cadastro para as empresas que trabalham com benzeno.

Entre os problemas apontados, estão a

falta de verificação da saúde dos terceirizados, os problemas no separador água/óleo e a falta de um cronograma de acompanhamento para as necessárias melhorias.

Os trabalhadores esperam que a posicão da Refinaria mude em relação a falta de investimentos em saúde e segurança, principalmente sobre a questão do benzeno, que é discutida há dez anos na empresa e

ainda não apresentou avanços. A Comissão Nacional do Benzeno se reúne de 30 de novembro a 3 de dezembro em Salvador.

Homenagem - Os trabalhadores da ativa e aposentados farão uma homenagem aos petroleiros que participaram da fundação da Refinaria no próximo dia 14 de dezembro, terça, quando Manguinhos completa 50 anos. A confraternização acontece às 18h. no auditório do Sindicato.



Uma reforma que vai mexer com os sindicatos

"Reforma Sindical é um tema que ainda não empolgou as bases, mas, querendo ou não, terá grandes reflexos na vida dos trabalhadores". Esta afirmação de Silvio Sinedino, diretor da Secretaria de Política e Formação Sindical, foi um dos poucos pontos de consenso no debate realizado, no Sindipetro-RJ, na última terça-feira sobre a questão da Reforma Sindical. Participaram como expositores Normando Rodrigues, assessor jurídico da FUP, Aderson Bussinger, advogado trabalhista, diretor do Sindicato dos Advogados-RJ e integrante do PSTU, Altamiro Borges, do Comitê Central do PC do B, jornalista e diretor da revista Debate Sindical e Luis Fernando Cordeiro, advogado e coordenador técnico da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindipetro-RJ.

O projeto de Reforma Sindical, com 230 artigos, é o resultado do consenso possível entre governo, patronato e trabalhadores, no Fórum Nacional do Trabalho. Ele já foi encaminhado à Casa Civil e será enviado ao Congresso Nacional. A matéria tem provocado muita polêmica e tem provocado críticas e elogios dos mais diversos segmentos políticos.



"O principal mérito da Reforma Sindical, é acabar de uma vez por todas com uma legislação que remonta a uma era autoritária e que sobreviveu ao longo do tempo"

Normando Rodrigues

O primeiro debatedor, Normando Rodrigues, fez um histórico das relações de trabalho no Brasil com ênfase no período da ditadura de Getúlio Vargas e lembrando a criação da CUT, em agosto de 83. Fez uma análise da influência da Carta Del Lavoro na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promulgada por Getúlio Vargas em 1943. A Del Lavoro constava da Carta de Princípios do partido fascista italiano, em 1927, e passou a integrar o sistema jurídico da Itália como declaração de princípios, um ano antes da queda do ditador Benito Mussolini.

Para Normando, "o principal mérito da Reforma Sindical, uma necessidade para a classe trabalhadora, é acabar de uma vez por todas com uma legislação que remonta à uma era autoritária e que sobreviveu ao longo do tempo mesmo com duas novas Constituições, a de 1946 e 1988". Segundo Rodrigues, pelo esquema mencionado, "o Estado autoritário só reconhece um Sindicato e o principal objetivo com a criação da Justiça do Trabalho é o Estado criar os mecanismos para que não exista a luta de classes".

O assessor jurídico da FUP considerou infundadas a maior parte das críticas que são feitas à Reforma Sindical e lembrou que a CUT sempre combateu a unicidade sindical. Rodrigues rebateu também as críticas que vem sendo feitas à Comissão Tripartide (governo, patronato



e trabalhadores) do Fórum Nacional do Trabalho. "Quem afirma que a proposta da reforma sindical é do governo e não do Fórum se equivoca", observou.

O advogado Luiz Fernando Cordeiro, do Sindipetro-RJ, fez uma síntese do relatório final do Fórum Nacional do Trabalho. Observou que não houve consenso em relação à questão da organização sindical nos locais de trabalho. Pelos critérios estabelecidos, 90% das empresas ficariam sem representatividade, pois não teriam o número suficiente de trabalhadores para cumprir a legislação.

Luiz Fernando considera um retrocesso a obrigatoriedade de se comunicar à decretação de uma greve com 72 horas de antecedência. Entende que "o artigo112, parágrafo 2°, que dispõe sobre a contratação de trabalhador temporário durante uma greve nos serviços essenciais é na prática a oficialização dos furagreves". Ele criticou também o fato de os serviços públicos serem enquadrados como essenciais.

"O artigo112, parágrafo 2º, que dispõe sobre a contratação de trabalhador temporário durante uma greve nos serviços essenciais é na prática a oficialização dos fura-greves"

Luiz Fernando Cordeiro



Altamiro Borges, do Comitê Central do PC do B, reconhece a necessidade de mudanças na estrutura sindical, que já tem pelo menos 70 anos. Ele enumerou cinco tópicos essenciais para a discussão da Reforma Sindical. O primeiro deles é de que há um consenso quanto aos vícios na legislação sindical, como, por exemplo, o fato de não haver reconhecimento de uma central sindical, o que vem desde o período de Vargas. Borges, no entanto, acha que é um exagero dizer que a estrutura sindical brasileira é fascista e

conduz a falta de representatividade. "Esta questão da falta de representatividade sindical se reflete em todo o mundo, inclusive em países que reconhecem o artigo 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a legalidade das greves. Esta é uma questão política. Claro que existem problemas na estrutura sindical brasileira, mas não se deve exagerar".

Altamiro pediu cautela em se afirmar que esta é uma oportunidade histórica para se promover às mudanças no sindicalismo porque o governo atual veio das lutas sociais. "Vamos com calma, pois o governo tem os seus problemas e inclusive a onda mundial atualmente é de enfraquecimento dos sindicatos. Será que o governo Lula terá força para superar esta onda mundial?" — indagou.

Na opinião de Altamiro, a Reforma Sindical passou a ser do governo e não é mais um consenso. "Depois que o projeto da Reforma Sindical for para o Congresso, será necessário muita pressão para que não prejudique o sindicalismo brasileiro", observou.

Aderson Bussinger, do PSTU, fez duras críticas ao projeto de Reforma Sindical, considerando o Fórum Nacional do Trabalho um retrocesso, "um verdadeiro elefante branco", da mesma forma que a Comissão integrada por representantes do governo, do patronato e dos trabalhadores, que é "no mínimo 2 a 1 contra os trabalhadores", pois no seu entender "o governo atual é de composição patronal".



"Depois que o projeto da Reforma Sindical for para o Congresso, será necessário muita pressão para que não prejudique o sindicalismo brasileiro" Altamiro Borges

Aderson vê um novo tipo de intervenção do Estado no projeto de Reforma Sindical com um Conselho Nacional de Relações de Trabalho presidido pelo Ministro do Trabalho. "Se a classe trabalhadora lutou para se ver livre do governo, por que agora voltar a uma estrutura de intervenção do Estado até maior do que ago-

No que se refere às negociações, Aderson criticou ainda o fato de o projeto dispor que a titularidade das negociações coletivas passa a ser das centrais sindicais. "Se hoje já há problemas, imagina com a titularidade das centrais fazerem acordo coletivo?" A proposta, observou, traz um período de três anos para vigência dos acordos coletivos, segundo o artigo 103.



"Se a classe trabalhadora lutou para se ver livre do governo, por que voltar a uma estrutura de intervenção do Estado?"

Aderson Bussinger

Quanto à proposta sobre organização sindical por ramo de atividade, Aderson acha que "isso não serve aos trabalhadores, mas sim para aprofundar a reforma trabalhista". Agora, o caminho está aberto para a flexibilização trabalhista. O advogado da FUP, Normando Rodrigues, refutou esse ponto de vista afirmando que "reforma trabalhista é uma e reforma sindical outra".

Aderson defendeu o fortalecimento dos mandatos sindicais e a revogação da lei de greve. Ele criticou a CUT por ter se transformado em um instrumento do atual governo. Para ele, o projeto da Reforma Sindical é intervencionista na parte sindical e liberal nos acordos.

A maioria dos trabalhadores presentes ao debate enfatizou a necessidade de a classe trabalhadora ter conhecimento do que está acontecendo em termos de reforma da área sindical e destacaram a importância de serem realizados mais debates sobre o tema.